



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo

A magnitude da pobreza na América Latina: impactos da expropriação da riqueza para os trabalhadores

Fernando de Araújo Bizerra¹

Resumo: O presente artigo aborda o fenômeno da pobreza que assola parcela significativa da humanidade, tendo como lócus geopolítico de investigação a América Latina. Adota um ângulo analítico assentado no pressuposto de que a particularidade da pobreza na América Latina só pode ser apreendida considerando-a nos marcos das relações de subordinação típicas do capitalismo dependente. Por intermédio de uma pesquisa bibliográfica e documental, o propósito é demonstrar a magnitude da pobreza no cenário latino-americano, dando ênfase aos seus impactos na vida daqueles que se encontram expropriados da riqueza socialmente produzida.

Palavras-chave: Pobreza. Expropriação. Acumulação capitalista. América Latina.

The magnitude of poverty in Latin America: impacts of the expropriation of wealth on workers

Abstract; This article addresses the phenomenon of poverty that plagues a significant portion of humanity, having Latin America as the geopolitical locus of investigation. It adopts an analytical angle based on the assumption that the particularity of poverty in Latin America can only be apprehended by considering it within the framework of subordination relationships forged over the centuries. Through a bibliographical and documentary research, the purpose is to demonstrate the magnitude of poverty in the Latin American scenario, emphasizing its impacts on the lives of those who are expropriated from socially produced wealth.

Keywords: Poverty. Expropriation. Capitalist accumulation. Latin America.

1 Introdução

“[...] uma efetiva unidade latino-americana só [pode] ser pensada como não identitária, como unidade do diverso”.

José Paulo Netto

A epígrafe que abre essa reflexão traduz, em poucas e certas palavras, a configuração da América Latina. Sua vasta extensão – mais de vinte e um milhões de quilômetros quadrados – é uma unidade que engloba países e territórios outrora colonizados e expropriados por Portugal, Espanha e França, os quais, pela sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, atuam condicionados pelos

¹ Assistente social, Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da UFAL/Campus Arapiraca/Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. E-mail: fernando.bizerra@palmeira.ufal.br

determinantes estruturais da dependência, atendendo às requisições sociometabólicas do capital em sua marcha autoexpansiva global. Do México ao Uruguai, essa unidade abriga historicamente inúmeras diversidades nacionais, sub-regionais e locais. Culturas, etnias, artes, culinárias, belezas naturais, climas, costumes e línguas coexistem em um mesmo espaço, demonstrando a diversidade e a especificidade que marcam a dinâmica socioterritorial da América Latina.

Nessa unidade do diverso, persistem de inúmeros problemas sociais, a exemplo da pobreza exponenciada em níveis sempre preocupantes. A monopolização de riquezas por um microscópico quadro de pessoal, a superexploração, o desemprego, as desigualdades sociais, a privação do acesso aos bens socialmente produzidos e o desmonte dos sistemas de proteção social protagonizado pelos governos adeptos da programática neoliberal têm contribuído, ao longo das últimas décadas, para o acirramento da pobreza na América Latina, embora seja possível identificar em conjunturas específicas uma diminuição temporária. Não à toa, o enfrentamento à pobreza se constitui, no nosso continente, o foco das políticas sociais implementadas pelo Estado desde os anos 1990, ganhando notoriedade nas agendas governamentais e estimulando investigações científicas que, sob o crivo da crítica, decifrem suas causas e suas repercussões para os expropriados dos meios de vida.

Nossa tarefa neste artigo, produto dos estudos desenvolvidos no doutorado, consiste em abordar a magnitude da pobreza na América Latina à luz da perspectiva histórico-crítica, dando ênfase às suas configurações e expressões, recursando-se, para tanto, às fontes bibliográficas e às estatísticas sistematizadas em relatórios de órgãos oficiais. Para fins de exposição, o texto realiza um movimento que parte da compreensão dos determinantes da pobreza e, feito isso, avança no sentido de demarcar seus traços particulares no contexto do desenvolvimento capitalista latino-americano.

2 A pobreza imersa no capitalismo dependente latino-americano

Uma correta apreensão da pobreza, de modo a identificar sua particularidade no centro ou na periferia do capitalismo, implica considerá-la, antes de mais nada, como um produto congênito do modo de produção controlado pelo capital. Se, segundo Siqueira (2013), é costumeiro atribuir-se à pobreza justificativas ligadas à ausência de certo nível educacional, a elementos endógenos à subjetividade, às estratégias de um governo, às leis da natureza, dentre outras, é certo que sua determinação ontológica radica na lei geral

da acumulação capitalista. O caráter contraditório desta lei é cristalino: o aumento da riqueza, possível graças ao acelerado desenvolvimento das forças produtivas alcançado no sistema sociometabólico vigente, é acompanhado pelo crescimento massivo da pobreza. A lógica impositivamente expansionista do capital, que matriza a produção, expropriação e apropriação da riqueza engolfada nos imperativos econômicos, é a responsável pela pobreza de milhões de expropriados.

A pobreza, tomada no plano genérico, não é um fenômeno exclusivo do capitalismo. Antecedendo-o, ela acompanha a inteira evolução das sociedades precedentes, estando presente das comunidades primitivas ao feudalismo; assume configurações peculiares num contexto de grave escassez, demonstrando como os homens viveram por muito tempo em condições de reprodução social extremamente difíceis. A pobreza em formações sociais diversas do capitalismo não é idêntica à pobreza como a conhecemos. Nas sociedades que o antecederam, guardadas suas particularidades, a pobreza decorria do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, acarretando uma subprodução de valores de uso, e/ou dos desastres naturais (estiagens, incêndios, alagamentos etc.) e dos cataclismos sociais (guerras e deslocamentos populacionais) que implicavam um quadro de carência de bens como seqüela da destruição dos produtores diretos ou dos meios de produção.

Com a Revolução Industrial, ocorrida entre os últimos lustros do século XVIII e o início do século XIX, consolida-se o modo de produção capitalista e põe-se, objetivamente, a possibilidade de superar a pobreza imperante desde as primeiras formas de organização social. A humanidade comprovou, em termos técnicos, sua capacidade de produzir num impulso irrefreável, tornando realizável a compulsão pelo aumento da produtividade do trabalho. A escala da produção atinge um patamar inédito quando se tem a aplicação da maquinaria ao processo de trabalho, desobstruindo-se o caminho para o avanço do domínio do capital e ampliando-se a capacidade de produzir bens que inundam o mercado a todo instante. A humanidade transitou, desde então, e em escala sempre extensiva, da *subprodução* de valores de uso para uma *superprodução* antes inimaginável, graças ao revolucionamento operado na grande indústria com a introdução dos inventos maquímicos, possibilitando que toda a demanda mundial de valores de uso fosse satisfeita. Porém, ao passo que a sociedade “se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços”, alargava-se “o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições

materiais de vida que dispunham anteriormente” (NETTO, 2011, p. 153).

No capitalismo, o crescimento da riqueza antagoniza, aqui e alhures, com uma verdadeira complexificação da pobreza. A pobreza gerada no capitalismo distingue-se daquela cuja causa creditava-se à escassez². É de qualidade nova a pobreza que cresce sem parar desde o derradeiro quartel do século XVIII. Pois, já ali ela aumentava ao se desenvolver a capacidade de produzir riqueza mediante a exploração da força de trabalho. Quanto “mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital)”. Por esta razão, não é a escassez que origina a nova pobreza, mas a expropriação e concentração de abundantes riquezas em pouquíssimas mãos; não é a precarização do desenvolvimento social e econômico que “leva à pauperização de amplos setores sociais, mas o próprio desenvolvimento (das forças produtivas) é o responsável pelo empobrecimento (absoluto ou relativo³) de segmentos da sociedade” (MONTAÑO, 2012, p. 279-280).

A prodigiosa produção de bens realizada sob o comando absoluto do capital não se destina prioritariamente ao atendimento das necessidades sociais das populações expropriadas dos meios vitais à sua sobrevivência, engendrando-se profundas contradições crivadas pela luta de classes. Sua finalidade, ao fim e ao cabo, é a obtenção da mais-valia, enquanto tempo de trabalho excedente que o trabalhador realiza e entrega gratuitamente ao capitalista. Na arquitetura da sociedade burguesa, produz-se uma gigantesca “coleção de mercadorias” (MARX, 1996a) à medida que, e tão-somente porque, elas podem ser vendidas a outrem que deseja consumi-las, realizando-se, a um só tempo, seu valor de uso e seu valor de troca. Em qualquer quadrante e em qualquer período histórico, os capitalistas atuam com o fito de explorar a força de trabalho, ampliar a produção de bens comercializáveis, extrair mais-valia e, por conseguinte, acumular

² Pode-se falar, agora, em uma pobreza que, constituída nas condições sob as quais se cria e se expropria exponencialmente a riqueza social na ordem burguesa, decorre “de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação)” (NETTO, 2011, p. 158, grifos do autor).

³ A pauperização absoluta é registrada “quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego”. Distintamente, a pauperização relativa “pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 135).

insaciavelmente capital. À produção coletiva da riqueza segue a sua expropriação e apropriação privada pelos capitalistas, com todas as consequências para os trabalhadores.

Por certo que a maior produção de riqueza na sociedade capitalista não origina sua maior distribuição, estando, pois, altamente concentrada, infere-se que

[...] todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue portanto que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. [Ocasiona-se] uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1996b, p. 274).

À força expansiva da acumulação de capital, acumula-se riqueza e, simultaneamente, acumula-se miséria na periferia do globo e nos países centrais, nas conjunturas de crise e nos períodos econômicos prósperos, no campo e nas cidades. O capital, ao longo da sua marcha histórica, somente pode se reproduzir aprimorando os mecanismos de expropriação da riqueza e colocando-a à disposição de uma classe parasitária: os capitalistas. Em visto disso, o trabalhador, “qualquer que seja seu pagamento”, produz nas cadeias produtivas controlado pelo capital e vê sua situação piorar ao não consumir os valores de uso garantidores de uma sobrevivência digna, saudável e impulsionadora das capacidades e potencialidades humanas no sentido omnilateral; sofre com o rebaixamento das condições de vida, com “tormento de trabalho”, “escravidão”, “ignorância”, “brutalização” e “degradação moral”.

Avolumam-se, como propriedade privada dos capitalistas, bens de gêneros diversos vindos ao mundo deslocados das prioridades e necessidades sociais, submetidos à produção em si mesma, ao primado da realização do valor. Entre a classe trabalhadora, as taxas de pobreza revelam uma tendência devastadora da humanidade: em meio à abundância de riquezas expropriadas, milhares de seres sociais vegetam socialmente sem acesso à água potável, alimentação, moradia, saneamento básico, serviços de saúde, educação, seguridade social, cultura, lazer etc. A pobreza, aqui entendida como antítese da expropriação da riqueza, resulta da reprodução ampliada do capital e não opera no vácuo. Incide no horizonte de oportunidades, na existência social, no sofrimento físico e mental dos indivíduos expropriados, vítimas da desigualdade social, apagados ou ignorados pela sociedade, inquietos e lutadores, cheios de expectativas e de privações.

De acordo com o recém-exposto, é preciso ressaltar: a pobreza não se expressa sempre e em todo lugar da mesma forma. No âmbito das dimensões geocontinentais, a pobreza ganha concreticidade, assumindo contornos específicos e aprofundando desigualdades sociais. Na América Latina, em específico, *a existência da pobreza dá-se no interior das relações de subordinação típicas do capitalismo dependente que engendram uma dinâmica política, econômica e social específica para esse continente no sentido de perpetuar sua integração à autoexpansão do capital global.*

A partir do sistema colonial, as riquezas da América Latina foram usurpadas pelos europeus. A colonização liderada por Portugal e Espanha, tendo como principal vetor o capital mercantil, foi uma “ponte” projetada sobre mares e oceanos para a dominação e a expropriação de seus nativos, assim como para a constituição de um novo e inesgotável mercado onde se trocavam diretamente artigos de fabricação metropolitana por produtos coloniais. Os colonizadores, sob a mais brutal violência, “ergueram muros, quase intransponíveis de produção do terror e de uma verdade que enterrou, junto com milhões de corpos, processos de produção de vida”, colocando em movimento outro baseado na transformação dos meios de vida em capital. Considerando os nativos como “bárbaros”, os colonizadores invadiram os territórios e buscaram “civilizá-los”, valendo-se da educação formal, da cultura evangelizadora, da dominação da terra e do trabalho escravo, alterando as histórias anteriores à sua vinda do lado de lá do oceano. Desde o século XV, a América Latina, dada a sua condição de território outrora colonizado, vive o dilema “entre ser para si e/ou ser para outros” (TRASPADINI, 2016, p. 28).

Os colonizadores, para expropriarem as riquezas das colônias latino-americanas, empregaram as deportações, os massacres, o trabalho forçado e a escravidão. Em benefício das metrópoles, tudo da América Latina foi expropriado e se transformou em capital: a terra, seus frutos e minerais, os recursos naturais e os meios de vida dos nativos. Motivada pelo afã do lucro, ocorreu, já com o mercantilismo capitalista, a rapinagem dos tesouros extraídos dos jazigos e socavões, a exportação de matérias-primas, a desestruturação do sistema coletivo de cultivos, o genocídio da população local e a expropriação dos bens advindos do trabalho dos nativos.

As caudalosas riquezas latino-americanas, uma vez expropriadas, fluíam para que fossem acumuladas pelas metrópoles europeias. As colônias latino-americanas, com suas terras auríferas e argentíferas, nasciam alavancando o mercado mundial sob o protagonismo e a direção do capital mercantil, dilatando o espaço comercial de atuação

do valor. O excedente gerado através da exploração da força de trabalho indígena e negra escravizadas era violentamente expropriado e drenado para as metrópoles, mantendo, pois, a suntuosidade das suas classes dominantes e girando nas atividades especulativas e comerciais; continuava nas colônias apenas uma parte para a continuidade dos empreendimentos, das transações e das estruturas de administração e controle.

Nesse movimento de ininterrupta usurpação da riqueza – ocorrido de forma planejada e organizada segundo as requisições autoexpansionistas do capital – que marca a formação da América Latina, “Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. *Nossa riqueza* sempre gerou *nossa pobreza* por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beleguins nativos” (GALEANO, 2010, p. 7-8, grifos nossos).

O desenvolvimento capitalista acontece na América Latina combinando o “arcaico” com o “moderno”, refuncionalizando, redimensionando e integrando à sua dinâmica formas atípicas à experiência euro-ocidental. No decorrer do século XIX, de modo a responder às exigências da passagem do predomínio da mais-valia absoluta para o da mais-valia relativa, efetiva-se a articulação da América Latina com a economia mundial pela via da produção-exportação de bens primários cujo eixo de gravitação era o mercado externo. Na referida centúria, as colônias latino-americanas alcançaram independência política, fruto de um processo de negociação entre as elites; não obstante, neste quadro se consolidou a dependência⁴ dos novos países independentes. À base da dependência, os países latino-americanos atuam no marco da divisão internacional do trabalho amoldados e controlados conforme as regras ditadas pelo capital internacional.

É no século XX que os países latino-americanos são incorporados inteiramente ao compasso da reprodução ampliada do capital, quando se tem a formação do complexo industrial e a implantação de gigantescas corporações multinacionais na América Latina. A industrialização não significou, na sua gênese e no seu evoluir, uma mudança qualitativa no circuito econômico dependente de tais países. Não há nenhum indício histórico, rigorosamente nenhum, de que ela anulou o caráter subserviente das suas economias aos desígnios do capital estrangeiro. Ao invés disso, conservou o movimento

⁴ A dependência precisa ser pensada em uma perspectiva que foge à regra das leituras mecanicistas. Essencial e estruturalmente, a dependência se conforma nos marcos de relações produtivas desiguais expandidas pelo globo e é entendida como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p. 133).

de exportação de matérias-primas e alimentos e de importação de bens de consumo manufaturados europeus – e eis por que se reproduziu (e ampliou-se) a dependência que enlaça os países latino-americanos frente à economia internacional.

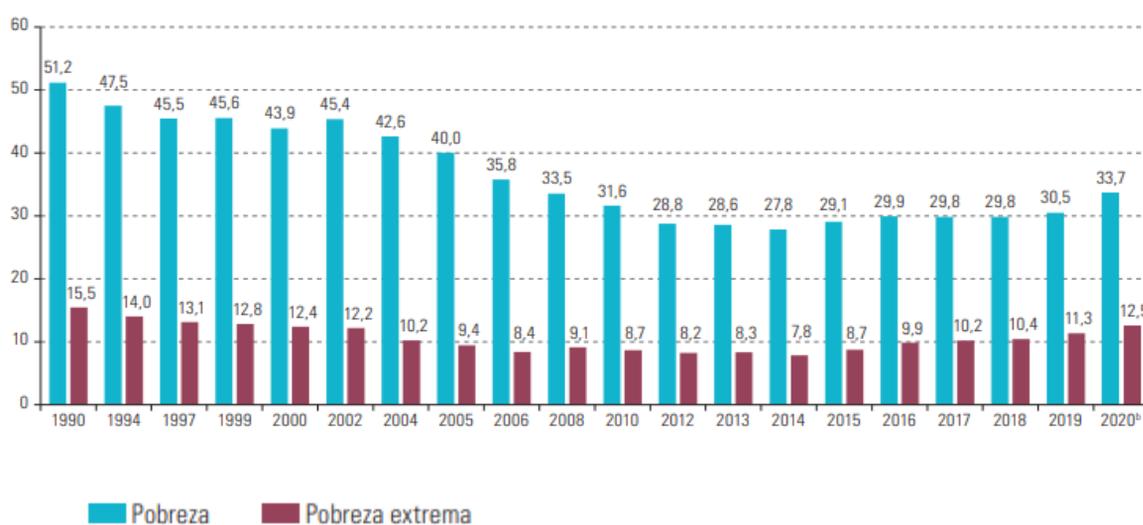
Marini (2011) identifica que a industrialização latino-americana corresponde a um novo capítulo da divisão internacional do trabalho. Espacialmente, são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial, continuando reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e a monopolização da tecnologia a elas atinente. Diante dessa hierarquização da produção capitalista mundial, na América Latina intensifica-se o ritmo de trabalho no chão da fábrica, prolonga-se a jornada de trabalho, eleva-se a produtividade, converte-se o fundo necessário de consumo do operário em fundo de acumulação de capital, estabelecem-se trocas desiguais com os países centrais e produz-se um arsenal de mercadorias que, em geral, não são consumidas internamente pelos próprios latino-americanos.

Os trabalhadores, submetidos à superexploração da força de trabalho, dão conta de uma produção ajustada, em larguíssima medida, pelo mercado externo e se veem privados do usufruto dos bens, enriquecendo os capitalistas com a massa de excedente expropriado e transferido para as economias centrais através de lucros, juros, amortização da dívida pública, *royalties*, renúncias tributárias etc. Com efeito, o reverso desse enriquecimento é, e continuará a ser, a pobreza das massas expropriadas da riqueza e lesadas em cada rincão latino-americano pela desigualdade social. Vale advertir que, na América Latina, aos trabalhadores são negadas as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho, seja “porque se obriga o[s] trabalhador[es] a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar em condições normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro”, seja “porque se lhe[s] retira inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal” (MARINI, 2011, p. 41-42).

Devido à superexploração da força de trabalho consumada, os trabalhadores, além de estarem expropriados da riqueza produzida e terem seu trabalho remunerado abaixo do seu valor, têm, na sua labuta diária, o desgaste de sua corporeidade, a piora das suas condições de reprodução social, o adoecimento físico-psíquico e a exaustão precoce de seu tempo de vida útil – fatores que atestam que “a superexploração possui um vínculo com a agudização do pauperismo”, embora, a depender das circunstâncias, ela “nem sempre expressa e provoca” (LUCE, 2018, p. 147) este fenômeno.

No século XXI, estamos novamente, como há muito tempo, diante do fenômeno da pobreza que vitima os expropriados dos meios de vida e aguça contradições intrínsecas ao funcionamento da lei geral da acumulação capitalista nos marcos do continente latino-americano. A América Latina, mesmo tendo logrado a redução temporária das estatísticas da pobreza devido ao aumento dos rendimentos oferecidos pelos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCRs), a partir de 2015 tem sido palco do paulatino aumento da pobreza e da pobreza extrema, a primeira atingindo em 2020 a taxa de 33,7% e a segunda a de 12,5%. O gráfico 1, cobrindo a série histórica de 1990 a 2020, compara a evolução do fenômeno em foco que se alastra à medida que se concentra riqueza nesta região de imensas legiões de expropriados dos meios de vida, submersos inflexivelmente no pauperismo em função do progresso dos expropriadores.

Gráfico 1 – Porcentagem de pessoas pobres e extremamente pobres na América Latina⁵ (1990-2020)



Fonte: CEPAL (2021).

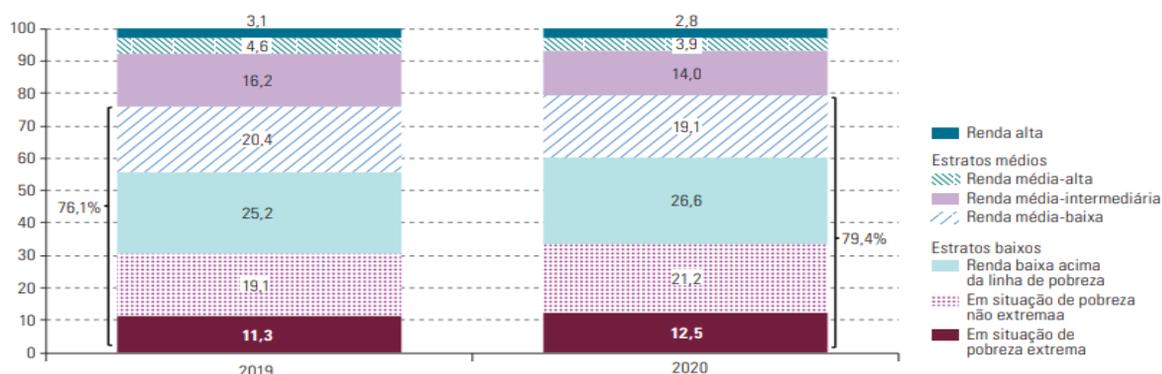
O gráfico nos coloca perante quatro movimentações. Primeira: de 2002 a 2014, ocorreu uma diminuição sequencial das suas taxas: de 45,4% e 12,2% em 2002, no tocante à pobreza e pobreza extrema respectivamente, para 27,8% e 7,8% no ano de 2014. Isso representou uma baixa de 17,6% na taxa de pobreza e de 4,4% na taxa de pobreza

⁵ Média ponderada de 18 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

extrema em doze anos. Segunda: distintamente, nos seis anos seguintes ambas as taxas ascenderam, ainda que a taxa de pobreza (de 29,1% para 33,7%) tenha se apresentado maior quando comparada com a taxa de pobreza extrema (de 8,7 para 12,5%). Terceira: no biênio 2017-2018 a tendência de aumento da pobreza perdeu força. Apesar dessa tendência, em 2018 o índice de pobreza superou em 2,0 pontos percentuais o registrado em 2014, o que expressou uma ampliação de cerca de 21 milhões de pessoas. Quarta: o continente de terras férteis, solos riquíssimos e indivíduos muito pobres com miragens de riquezas às quais não têm acesso, registrou em 2020 níveis de pobreza e pobreza extrema inobserváveis nos últimos anos, acarretando num total de 209 milhões de pessoas vivendo na pobreza nesse ano, 22 milhões a mais que no ano anterior, e 78 milhões na extrema pobreza, 8 milhões a mais que em 2019.

Em meio à exacerbada desigualdade social, a riqueza prossegue concentrando-se e a pobreza propagando-se. No gráfico 2, pode-se ver que, à custa da maior pobreza dos expropriados, o percentual de pessoas com renda alta e extratos médios diminuiu entre 2019 e 2020. A concentração de riquezas e a ampliação do dígito de pessoas com extratos baixos de renda aprofundam, inevitavelmente, os graves problemas estruturais da América Latina.

Gráfico 2 – Percentual da população segundo estratos de renda per capita (2019-2020)



Fonte: CEPAL (2021).

Na avaliação da CEPAL (2021), a retração econômica acentuada com a pandemia, a conseqüente deterioração do nível de emprego e a redução dos rendimentos familiares provocaram em 2020 o crescimento de pessoas com estratos de renda baixos e a mobilidade descendente nos estratos de renda médios. Entre os dois anos tomados como

amostra no gráfico acima, os estratos de renda baixos aumentaram 4,5 pontos percentuais na América Latina, correspondendo a 28 milhões de pessoas adicionais; já os estratos de renda médios diminuíram em proporção similar (-4,1 pontos percentuais), afetando 25 milhões de pessoas.

Todos os países da América Latina convivem com cifras relativas à pobreza. O baixo crescimento econômico e a estagnação social no contexto da crise estrutural do capital, ao invés de confluírem para a redução da pobreza, resultam no seu exato oposto, ratificando-a como um problema gravíssimo. Delimitando-se 2020 como ano de referência, na extensão territorial da América Latina o Uruguai era o país com o menor percentual de pobreza (somente 3,2% da sua população encontrava-se na condição de pobreza). Dos países com números oficiais publicados, Honduras liderava a maior estatística de pobreza (chegando a registrar, naquele ano, a taxa de 49%), sendo seguida por Colômbia (29,4%), Equador (25,4%), México (22,7%) e El Salvador (22,3%).

Na América Latina, a pobreza é agravada pelo desemprego avultado nas últimas décadas. Quase todos os países latino-americanos dotados de áreas industrializadas “implementaram em suas empresas os processos de *downsizing*, por meio de uma enorme redução do número de trabalhadores e do aumento das formas de exploração da força de trabalho” (ANTUNES, 2011, p. 39). As inovações tecnológicas e informacionais, conjugadas no bojo das estratégias de flexibilidade produtiva, proporcionam a constituição da “empresa enxuta” na América Latina. Resultado: dispondo de um número reduzido de trabalhadores no universo da produção, a “empresa enxuta” libera contingentes significativos de força de trabalho, engrossando, conseqüentemente, as fileiras do desemprego. Diante da retração da força de trabalho no capitalismo dependente latino-americano, os trabalhadores inserem-se em ocupações desregulamentadas, terceirizadas, subcontratadas e ingressam na informalidade.

Na América Latina e no Caribe, de 8,2% em 2016, a taxa de desemprego subiu para 8,7% no ano seguinte. O aumento de 0,5% foi menor quando comparado ao de 1,3% entre 2015 e 2016. Ainda assim, o meio ponto percentual assumiu um significado preocupante ao demonstrar que a não absorção da força de trabalho afetou em 2017 mais de 26 milhões de trabalhadores. Em 2020, as regiões mencionadas, umas das mais impactadas pelos efeitos da pandemia que ocasionaram numerosos fechamentos de empresas, viram a contração inédita da economia, do emprego e das horas trabalhadas, e isso a tal ponto que a taxa de trabalhadores empregados caiu 10% em relação ao ano

anterior. Dados da OIT (2021) sugerem que houve a redução de pouco mais de 49 milhões de empregos entre o quarto trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2020, com a subsequente recuperação parcial de cerca de 44,6 milhões de postos de trabalho.

No universo dessa superpopulação formada por latino-americanos e caribenhos, as disparidades de gênero são reforçadas. A contração na taxa de participação das mulheres (20%) no mercado de trabalho na América Latina e no Caribe é superior à dos homens (15,8%) naquele intervalo de 2019 a 2020. Entre o segundo trimestre de 2020 e o terceiro trimestre de 2021, recuperaram-se cerca de 25,5 milhões de postos de trabalho ocupados por homens, número similar ao da perda de empregos masculinos registrada do quarto trimestre de 2019 ao segundo trimestre de 2020. No mesmo período, dos 23,6 milhões de postos de trabalho femininos perdidos se recuperaram apenas 19,3 milhões. Ou seja, acumulou-se um déficit de mais de 4 milhões de empregos femininos não readquiridos. Em decorrência disso, as mulheres ocupam a maioria dos índices de desemprego na América Latina e no Caribe, persistindo limpidamente as assimetrias de inserção no mercado de trabalho.

Não é infundado afirmar que a pobreza tem sido ampliada no continente latino-americano devido às situações prolongadas de fluxos migratórios e à presença de apátridas. Verifica-se, cá entre nós, a movimentação de diversas pessoas, famílias, jovens e crianças que, sem pertences e sem pertencimento, deslocam-se forçadamente dos países onde habitavam, encontrando-se, doravante, expropriadas das condições mínimas para subsistir. A Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados (ACNUR⁶) constata que jovens fogem da violência de gangues em El Salvador, Guatemala e Honduras; pessoas migram por razões de gênero e identidade sexual, dentre outras. Na Venezuela, por exemplo, mais de seis milhões de venezuelanos fugiram para escapar à violência, à insegurança e às ameaças, assim como à falta de alimentos, medicamentos e serviços essenciais, migrando para países vizinhos como Peru, Colômbia, Chile e Brasil. Para nosso continente, o saldo dos deslocamentos forçados não poderia ser outro: refugiados vagueiam para encontrar meios de sobrevivência, instalando-se em moradias precárias, alimentando-se aquém do necessário, sendo alvo dos xenofobismos e vivenciando os múltiplos efeitos objetivos e subjetivos da pobreza.

⁶ Disponível em: <https://pacnur.org/pt/trabalho-do-acnur/acnur-no-mundo/america-latina>. Acesso em: abr. de 2024.

Em se tratando do Brasil, ele continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, com um coeficiente de Gini no valor de 89. Em 2020, quase a metade da riqueza (49,6%⁷) do país foi para as mãos da fatia 1% mais rica da população. Ao mesmo tempo, findamos o ano com 51 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, subsistindo com menos de R\$ 450,00 mensais. Regionalmente, o comportamento dos indicadores variou: enquanto a pobreza e a pobreza extrema diminuíram no Nordeste e Norte na passagem entre 2019 e 2020, estagnaram-se nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. No Sul, aumentou a pobreza extrema.

Do lado dos brasileiros pobres reina o desemprego, a miséria e a fome. Esta última, uma praga que devasta o Brasil, avançou a tal ponto que os famélicos passaram a disputar, numa cena revoltante, carcaças de animais e pelancas descartadas por supermercados. A fome não afeta a todos indistintamente no país que é o maior exportador de carne bovina e o segundo maior exportador de alimentos do mundo e, ainda assim, tem níveis extremos de insegurança alimentar que exibem a grande desigualdade social existente. Os mais atingidos incluem negros, mulheres, residentes nas áreas rurais e indígenas que têm um cotidiano regado de incertezas, falta de oportunidades e violências. A Oxfam (2021, p. 14) desmembra os dados por raça, gênero e localização geográfica: no final de 2020, “11% das famílias chefiadas por mulheres conviviam com a fome, enquanto mais de 10% das famílias negras enfrentavam o problema, em comparação com mais de 7% das famílias brancas”. Outrossim, “12% das famílias rurais passavam fome, em comparação com mais de 8% das famílias urbanas”.

3 Considerações finais

Aqui e em toda parte do continente, a sociedade está saturada de pobres. Nos últimos anos, testemunha-se o visceral aumento da pobreza nos territórios da América Latina, manifestando-se na degradação das condições de reprodução social de levas de trabalhadores expropriados dos meios de vida e submetidos à superexploração para produzir a riqueza. Enquanto as burguesias nacional e internacional acumulam enormidades incalculáveis de riquezas, há centenas de milhões de latino-americanos relegados à pobreza em suas múltiplas dimensões.

⁷ Quanto a este percentual, o Brasil só fica atrás da Rússia (58,2%).

A pobreza, indissociável do sistema de metabolismo social vigente, está longe de se configurar como um problema circunscrito às nossas fronteiras continentais. Em verdade, a pobreza é um fenômeno *universal*, verificável, ainda que sob formas *diversas e particulares*, em todos os quadrantes do globo onde a acumulação de riquezas se realiza conforme os imperativos estruturais do capital. No lócus geopolítico analisado neste artigo, a pobreza marca indelevelmente o cotidiano da esmagadora maioria de seus habitantes, revelando, sem mito e sem mística, a gritante lacuna entre ricos e pobres e desencadeando conflitos, lutas e contestações. Dada a sua magnitude, a pobreza recoloca a necessidade de estudos que, sob o crivo da crítica, decifrem suas causas e suas consequências profundas; recoloca, ademais, a imprescindibilidade de fortalecer as resistências às ofensivas do capital em curso que, ao emperrar e reverter as conquistas civilizatórias anteriormente conquistadas, incidem direta e retrogradamente sobre o presente e o futuro dos trabalhadores.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina 2020**. 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46687/8/S2100150_es.pdf. Acesso em: jan. de 2023.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio et al. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume I, Tomo I. São Paulo: editora Nova Cultural, 1996a. (Coleção Os Economistas).

_____, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume I, Tomo II. São Paulo: editora Nova Cultural, 1996b. (Coleção Os Economistas).

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

NETTO, José Paulo. Apêndice à terceira edição: Cinco notas a propósito da “questão social”. In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OIT. **Panorama laboral 2021 América Latina y el Caribe**. Lima, Peru, 2021, 272 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_836196.pdf. Acesso em: jan. de 2024.

OXFAM. **O vírus da fome se multiplica: uma receita mortal misturando conflitos armados, Covid-19 e crise climática acelera a fome no mundo**. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/PC/Downloads/relatorio_The_Hunger_Virus_sem_embargo-1.pdf. Acesso em: fev. de 2024.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. América Latina: entre pontes, muros e oceanos. **Argumentum**, Vitória/ES, v. 8, n.1, p. 27-47, jan./abr. 2016.